

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA SOB UM NOVO OLHAR

Dayse Lúcia Alvino Cordeiro*

RESUMO

A Escola Superior de Guerra (ESG), Instituição criada em 1949, é uma Escola de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa. A ESG está subordinada ao Ministério da Defesa e tem por objetivo desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, incluindo-se os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. A Escola funciona como um centro de estudos e pesquisas, cabendo a ela planejar, coordenar e desenvolver os cursos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa. Atualmente, a ESG realiza seus cursos no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro e, em decorrência da Estratégia Nacional de Defesa, iniciou suas atividades em Brasília a partir do ano de 2012. Apesar de seu rico histórico, que demonstra toda uma trajetória de sucessos na formação de militares e civis, a Escola tem sido alvo de constantes questionamentos acerca de sua real importância, da validade de seus propósitos e missão, bem como da necessidade de sua expansão para a capital brasileira. Nesse contexto, o artigo pretende responder tais questionamentos a fim de concorrer para a compreensão e reflexão quanto à relevância da ESG para o país e, finalmente, sua contribuição para a disseminação da mentalidade de defesa no meio civil.

Palavras-chave: Defesa. Segurança. Desenvolvimento. Ensino. Integração Civil-Militar.

THE SUPERIOR WAR COLLEGE UNDER A NEW PERSPECTIVE

ABSTRACT

The Superior War College¹ (, institution created in 1949, is a College for High Studies of Politics, Strategy and Defense. It is subordinated to the Ministry of Defense and has the purpose of developing and consolidating the necessary knowledge for the positions of superior direction and advising of National Defense planning, including fundamental issues related to Security and Development. The College works as a center for studies and research, in charge of planning, coordinating and developing courses established by the Ministry of Defense. At the moment, the ESG conducts its courses in the county of Urca, in the city of Rio de Janeiro,

* Capitão de Corveta (T), Pedagoga, Coordenadora Pedagógica do Campus Brasília da ESG, Contato: <dayse.lucia.cordeiro@gmail.com>

¹ Known by the acronym ESG in Brazil.

and because of the National Defense Strategy it started its activities in Brasília in the year 2012. In spite of its rich history, which demonstrates a long line of success in preparing civilians and military personnel, the College has been a target of frequent doubts about its real importance, the validity of its purposes and mission, as well as the need of extending to the Brazilian Capital. In this regard, this paper intends to answer such questions in order to promote comprehension and reflection on the relevance of the ESG for the country and, finally its contribution towards the dissemination of the defense mentality amongst the civilian community.

Keywords: Defense. Security. Development. Teaching. Civil-Military Integration.

LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA BAJO UNA NUEVA MIRADA

RESUMEN

La Escuela Superior de Guerra, institución creada en 1949, es una Escuela de Altos Estudios de Política, Estrategia y Defensa. La ESG está subordinada al Ministerio de Defensa y tiene como objetivo desarrollar y consolidar los conocimientos necesarios al ejercicio de las funciones de dirección y asesoramiento superior para la planificación de la Defensa Nacional, incluyendo los aspectos fundamentales de Seguridad y de Desarrollo. La Escuela funciona como un centro de estudios e investigación, siendo su responsabilidad planificar, coordinar y desarrollar los cursos establecidos por el Ministro de Estado de Defensa. Actualmente, la ESG realiza sus cursos en el barrio de Urca, en la ciudad de Río de Janeiro y, como resultado de la Estrategia Nacional de Defensa, inició sus actividades en Brasilia desde el año 2012. A pesar de su rico histórico, que demuestra toda una trayectoria de éxitos en la formación de militares y civiles, la Escuela ha sido objeto de constantes cuestionamientos sobre su verdadera importancia, la validez de sus propósitos y misión, así como la necesidad de su expansión para la capital brasileña. En este contexto, este trabajo pretende responder tales cuestionamientos con el fin de competir para la comprensión y reflexión en cuanto a la relevancia de ESG para el país y, finalmente, su contribución para la diseminación de la mentalidad de defensa en el medio civil.

Palabras clave: Defensa. Seguridad. Desarrollo. Enseñanza. Integración Cívico Militar.

1INTRODUÇÃO

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.

Jean Piaget

A partir dos esclarecimentos do renomado pesquisador Jean Piaget, pode-se perceber a exata relevância da educação, que transcende a mera instrução. Uma instituição de ensino que não promove a reflexão e, a partir dela, a transformação está fadada ao insucesso ou à insignificância de seus propósitos.

A Escola Superior de Guerra tem sido constantemente questionada em relação à sua importância, aos seus propósitos e, atualmente, à sua expansão para Brasília.

Não cabe aqui crítica à metodologia desenvolvida pela Escola para o alcance de seus propósitos, pois o presente artigo não tem a finalidade de abordar esse assunto, cabendo apenas a apresentação de argumentos que possam contribuir para a reflexão daqueles que desconhecem o trabalho e a missão da ESG.

Para tanto, o artigo buscará responder às seguintes questões sobre: a finalidade da ESG; seus objetivos como Escola; sua importância para o país; o que almeja com os Altos Estudos. E ainda: o que justifica a sua existência; o que estuda de relevante e inovador para o Brasil. E, finalmente: quais benefícios decorrerão de sua expansão para Brasília.

Dessa forma, antes de responder a essas questões, é necessário percorrer um breve histórico.

2 BREVE HISTÓRICO

Segundo sítio institucional da ESG: “A origem da Escola Superior de Guerra se prende ao Curso de Alto Comando, criado em 1942, pela Lei de Ensino Militar, voltado, à época, apenas a generais e coronéis do Exército.”²

Em 1948, alguns militares, entre eles o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Salvador César Obino e o General Oswaldo Cordeiro de Farias, dedicaram-se à implementação, nos moldes do *National War College* (NWC), do Instituto Nacional de Altos Estudos no Brasil, voltado para o binômio segurança e desenvolvimento. O referido instituto deveria atuar como um centro de pesquisas e debates sobre os problemas brasileiros.

Em dezembro daquele mesmo ano, foi elaborado o anteprojeto do regulamento da ESG. Naquele momento, novas propostas surgiram no transcorrer dos estudos para a redação daquele anteprojeto. O documento criado pelo Tenente Coronel Idálio Sardemberg sob o título de *Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra* preconizava que o desenvolvimento não dependia apenas de fatores naturais, e sim de fatores culturais, principalmente da capacidade dos homens designados para as funções de direção, transformando os hábitos de trabalho existentes em um ambiente de trabalho conjunto.

Além disso, o referido documento salientava que o Instituto a ser criado en-

² BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra (ESG). Disponível em: <www.esg.br>. Acesso em: 10 ago. 2013.

vidaria esforços no sentido de propiciar o estudo e a solução dos problemas de segurança nacional, por meio de um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares, condicionando o conceito estratégico nacional em um ambiente de grande entendimento entre os grupos nele representados.

Em 20 de agosto de 1949, por meio da Lei n. 785, foi criada a Escola Superior de Guerra, inicialmente destinada a estudos militares, conforme pode ser percebido em seus artigos iniciais:

Art. 1º É criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.

Art. 2º A Escola Superior de Guerra funcionará como centro permanente de estudos e pesquisas e ministrará os cursos que, nos termos do artigo 4º, forem instituídos pelo Poder Executivo. (BRASIL, 1949 p. 3)

A partir de 1999, com a criação do Ministério da Defesa, a ESG, diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Defesa, permaneceu com o objetivo de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional. A esses conhecimentos acrescentam-se, ainda, os aspectos relativos ao desenvolvimento nacional.

Desde então, a ESG vem diplomando inúmeros militares e civis, entre eles alguns esguianos ilustres, como Presidentes da república, Ministros de estado, senadores, diplomatas, oficiais-generais e personalidades do cenário nacional.

Nesse contexto, cabe verificar qual era o cenário educacional vivenciado nas décadas de 30 a 50. Em que contexto educacional a ESG estava inserida? É o que será considerado a seguir.

3 O CONTEXTO EDUCACIONAL NAS DÉCADAS DE 30, 40 E 50

A década de 30 trouxe inúmeras mudanças de ordem política, econômica e social para o Brasil. Os grupos que apoiavam o Presidente Getúlio Vargas, na Revolução de 1930, optaram por um modelo de desenvolvimento industrial de larga escala, o que substituiu o modelo de produção agroexportador, o qual sofreu grandes impactos decorrentes da crise do capitalismo do final dos anos 20. (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003, p. 215).

Ainda naquela época, a insatisfação dos diversos setores da classe média crescia compulsivamente, incluindo nessa categoria os integrantes mais jovens das Forças Armadas. O motivo estava no crescimento daquela classe e na consciência do grau de marginalização política em que as demais camadas sociais se

encontravam. Cresciam, então, as reivindicações que acabaram por provocar as diversas revoltas armadas que convergiram para o tenentismo, além da criação do Partido Comunista e do advento da Semana de Arte Moderna. (ROMANELLI, 2005, p. 49)

Tal crise surgiu como uma necessidade de adequar o Estado às novas demandas da política e da economia, substituindo toda a estrutura do poder político da época, que acabou contribuindo para manter a crise econômica. É o que fica claro na análise de Romanelli:

O movimento resultou de uma coalizão de forças. Era uma coalizão precária, porque composta dos interesses e das camadas sociais mais diferentes. [...] Dessa coalizão podiam distinguir-se duas correntes: a dos que desejavam mudanças apenas no sentido jurídico, ou mesmo, propugnavam por uma troca de pessoas no poder, e a dos que se propunham lutar por mudanças mais profundas.

No primeiro grupo, alinhavam-se os militares superiores, uma parcela dos plantadores de café, descontentes com a política econômica do Governo, e a parte da elite política da oposição, que visava à conquista do poder. Estes últimos, políticos frustrados, tanto nos Estados maiores, quanto nos menores, deveriam fornecer a continuidade indispensável entre a República Velha e os estágios sucessivos da era de Vargas.

No segundo grupo, estavam os revolucionários, os que comandaram ou tiveram participação mais efetiva no movimento. Este grupo se subdividiu em duas correntes: uma, mais moderada, preocupada com mudanças de caráter constitucional, com apoio da pequena classe média e que reivindicava eleições livres e honestas, maior garantia de liberdades civis e um governo constitucional, e a outra, mais radical, liderada pela ala jovem das Forças Armadas [...] (ROMANELLI, 2005, p. 49).

Percebe-se, em tal citação, que os militares permaneciam ativos nos engajamentos políticos e sociais da época, ainda que seus membros pertencessem às patentes subalternas.

Em 1932, surge o movimento escola-novista, após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Tal documento defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita. O grande nome do movimento foi Anísio Teixeira, futuro mentor da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, e da Universidade de Brasília, da qual foi reitor.

Além desses fatos, o perfil da sociedade brasileira também sofria alterações, uma vez que a população ia se tornando gradativamente mais urbana e ocupando os grandes centros, o que desencadeou um desenvolvimento mais acelerado nos grandes centros urbanos do país. Dessa forma, as políticas educacionais se voltaram para o atendimento às demandas do processo industrial, e o ensino profissional, conseqüentemente, foi mais consolidado.

A partir de 1942, foram firmados convênios com o setor industrial para que o ensino tivesse uma formação mínima do operário, com aprendizagem mais rápida e prática. Foi, então, que surgiram os profissionais da educação denominados inspetores de ensino, com a finalidade de garantir a fiscalização das escolas e o atendimento à demanda profissionalizante.

O ensino profissionalizante daquela época, como qualquer inovação a ser implantada, tinha como aspecto positivo a sua organização e estruturação, entretanto, apresentava diversas falhas, sendo uma das mais assinaladas a falta de flexibilidade entre os diversos ramos do ensino profissional e o ensino secundário, uma vez que os alunos oriundos dos cursos técnicos só poderiam prestar os exames vestibulares para os cursos diretamente relacionados à sua formação profissional (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003, p. 217-218).

Após a queda do Estado Novo, a partir de 1945, os pioneiros da educação retomam sua luta para introduzir mudanças na Lei Orgânica do Ensino Industrial. Dentre os objetivos mais relevantes da luta, destaca-se a equivalência entre os setores do ensino profissional e secundário e a eliminação da dualidade. Tal necessidade se dava pelo fato de o ensino profissional ser marginalizado em relação à educação secundária, visto que o primeiro era direcionado a formar mão de obra e o segundo, a formar as elites.

Em 1946, a Igreja instituiu sua primeira Universidade privada no Rio de Janeiro: a Pontifícia Universitária Católica (PUC). Motivadas pela Segunda Guerra Mundial, as Faculdades Católicas articularam-se para a criação do curso de enfermagem.

Ainda em 1946, inspirada na ideologia liberal-democrática, foi promulgada a Quarta Constituição da República. A União, que recebeu a atribuição de “fixar as diretrizes e bases da educação nacional”, encaminhou uma proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao Congresso, que passou por um período de treze anos de tramitação, em decorrência de discussões infundadas entre os educadores progressistas, que defendiam a escola pública, e os conservadores, defensores dos privilégios das escolas privadas.

Em 1947, foi criado o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), caracterizando uma inovação acadêmica, seguindo os padrões dos Estados Unidos da América. Seu modelo influenciou a modernização do ensino superior no Brasil, principalmente para a criação da Universidade de Brasília.

Em 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). A Lei nº 1.310, que criou o CNPq, foi considerada por Álvaro Alberto, - pioneiro nos projetos científicos da Marinha - como a “Lei Áurea da pesquisa no Brasil”³.

A partir de então, o acesso ao ensino superior passou a ser condição fundamental para acelerar o processo de modernização do país em desenvolvimento, abrindo novos caminhos para a mobilidade e ascensão social. A Universidade foi se

³ Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>. Acesso em 10 ago. 2013.

transformando aos poucos em uma instituição de massa no lugar de instituição de elite, tornando-se, assim, uma organização universitária mais complexa.

É nesse contexto que surgiu a Escola Superior de Guerra, Instituto de “Altos Estudos” criado para funcionar como um centro permanente de estudos e pesquisas na área do planejamento da segurança nacional. Em consonância com as demandas educacionais da época, o instituto ESG propunha-se a promover a reflexão acadêmica e a pesquisa referente aos assuntos de segurança nacional. Mas, enfim, o que é um Instituto de Altos Estudos? É o que se pretende conhecer a seguir.

4 O CONTEXTO DOS ALTOS ESTUDOS NA ÉPOCA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Para aquele contexto proposto à época de sua criação, o título de Altos Estudos era perfeitamente justificável, tendo em vista a função pioneira exercida pela ESG de inovação no que se referia à necessidade de estudos estratégicos de nível elevado, mesmo não sendo considerada uma Instituição de Ensino Superior. Não havia de fato, àquela época, nenhuma Instituição de Ensino Superior capaz de conduzir essa demanda. Dessa forma, não há como ignorar o mérito da ESG em seu contexto inicial.

Segundo Proença Júnior (2000, p. 12), existem duas fortes tradições de entendimento sobre o que sejam “Altos Estudos” no Brasil. A primeira, de origem acadêmica, teve início na França, entre os séculos XIX e XX, onde os *hautes études* – Altos Estudos – estavam relacionados aos estudos de pós-graduação. Assim, aqueles estudos que iam além das estruturas disciplinares na graduação eram denominados de Altos Estudos. A segunda nasceu da prática das instituições de Estado. Tal entendimento se deve ao fato da atribuição do termo Altos Estudos a uma qualificação específica e necessária para a ascensão aos postos mais elevados de determinadas carreiras. No caso específico dos militares, para ascender ao Generalato, era necessário que o oficial realizasse um curso de Altos Estudos. Na ESG, o Curso Superior de Guerra (CSG) seria destinado a esse fim.

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, constituído no Estatuto das Universidades Brasileiras, fixou os objetivos do ensino universitário da seguinte maneira:

Art.1.º - O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da humanidade. (ROMANELLI, 2005, p. 133).

Dessa forma, naquela época, não se cogitava a possibilidade de qualquer Instituição Superior arcar com as responsabilidades específicas atribuídas à ESG para funcionar como um centro permanente de estudos e pesquisas na área do planejamento da segurança nacional.

Conforme aponta Souza Júnior (2009, p. 70), a ESG foi idealizada, inicialmente, para ministrar o Curso de Alto Comando somente para militares e acabou recebendo civis, quando foi criado o Curso Superior de Guerra (CSG).

É importante ressaltar que, durante várias décadas, a Escola desempenhou um papel sócio-político-cultural de grande destaque, como afirma o referido autor:

Nas décadas de 1950 a 1980, a ESG direcionou a formação de muitos profissionais para pensar o Brasil de forma estratégica. Ensinou um método para o planejamento governamental e fez com que seus estagiários se preocupassem com os problemas brasileiros. Identificaram óbices, verificaram causas, realizaram diagnósticos, estudaram a conjuntura nacional/internacional, checaram os meios disponíveis e potenciais, elaboraram objetivos, políticas e estratégias. Idealizaram planos, programas, projetos e atividades e metas. (SOUSA JÚNIOR, 2009, p. 71).

Ao longo dos anos, a ESG foi incorporando à sua estrutura curricular os estudos sobre Desenvolvimento Nacional, o que deu início ao binômio Segurança-Desenvolvimento, com o objetivo de promover a ordem e o progresso.

Não há como negar que de fato a ESG atendeu ou correspondeu às expectativas iniciais de sua criação. E atualmente? Em que contexto é utilizado o termo Altos Estudos?

5 O CONTEXTO DOS ALTOS ESTUDOS NOS DIAS ATUAIS

Atualmente, diversas instituições de Ensino Superior tem-se utilizado desse termo para caracterizar os estudos realizados após a graduação superior, ou seja, para cursos de pós-graduação: especialização, mestrado ou doutorado.

Mas o que a legislação brasileira estabelece?

De acordo com o artigo 44 do Capítulo III da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

[...] abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de espe-

cialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Como se pode verificar, não há qualquer citação na lei que aponte para a denominação de um curso de pós-graduação como Altos Estudos.

Já a Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, e a Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, descrevem, especificamente, as regras para a autorização e o reconhecimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, entretanto, também não denominam os referidos cursos como de Altos Estudos.

Em 2006, foi criada a Escola de Altos Estudos por iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tal projeto tem o objetivo de fomentar a cooperação acadêmica e o intercâmbio internacional em cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado, doutorado e pós-doutorado. A partir de então, qualquer universidade que ofereça cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* e que possua, preferencialmente, nota igual ou superior a cinco nos processos avaliativos da CAPES pode se candidatar a participar do referido projeto, encaminhando suas propostas para análise e aprovação.

Cabe ressaltar que não há legalmente nenhuma obrigatoriedade em se atribuir aos estudos de pós-graduação tal nomenclatura, que passou a ser utilizada comumente pelas instituições por uma questão de *marketing*.

Já as escolas militares possuem, em suas legislações de ensino, a especificação clara do que seja um curso de Altos Estudos, conforme se verifica, por exemplo, na Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha: “altos estudos militares - destinados à capacitação de oficiais para o exercício de funções de Estado-Maior e para o desempenho de cargos de comando, chefia e direção, possuindo caráter de pós-graduação” (BRASIL, 2006).

Apesar de a referida lei ter sido revisada em 2006, o enquadramento e o reconhecimento dos cursos de altos estudos militares já eram estabelecidos pela Lei nº 6540, de 26 de junho de 1978, e as escolas militares já ministravam esses cursos desde a década de 40, como é o caso da ESG.

Em que pese o fato de atualmente a nomenclatura Altos Estudos ser utilizada para se referir a cursos de pós-graduação, há décadas ele já é utilizado para a capacitação/aperfeiçoamento.

Nesse sentido, não se pode desqualificar a ESG com a alegação de que tal Instituição não seja uma Escola de Altos Estudos.

É evidente que o objetivo aqui não é simplesmente ignorar os avanços que a

ESG pode alcançar, com possibilidade de oferecer até mesmo cursos de especialização ou mestrado, entretanto, não há como negar que a Escola cumpre com o seu objetivo de criação, executando sua missão de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional. Se o cumprimento dessa missão não está sendo exercido de maneira adequada, esse já é outro questionamento e será abordado posteriormente neste artigo.

6 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O *NATIONAL WAR COLLEGE*

Conforme já mencionado anteriormente, em 1948, um grupo de militares dedicou-se à implementação, nos moldes do *National War College*, do Instituto Nacional de Altos Estudos no Brasil, voltado para o binômio segurança e desenvolvimento. O referido instituto deveria atuar como um centro de pesquisas e debates sobre os problemas brasileiros. Tal intenção não se concretizou e, posteriormente, foi criada a ESG, instituição responsável por atender à demanda da época.

Mas por que o objetivo inicial era o de estabelecer uma instituição nos moldes do *National War College*? Que instituição é essa e para que serve? Poderia a ESG tornar-se uma instituição similar?

A missão do NWC é:

Educar líderes das Forças Armadas, do Departamento de Estado e de outras agências federais, em política de alto nível, nas responsabilidades de comando e de Estado-Maior, por meio da realização de um curso superior de estudo em Estratégia Nacional de Segurança.⁴

Os cursos oferecidos pelo NWC são destinados a militares (oficiais superiores) e civis do Governo americano e oficiais de nações estrangeiras. O currículo dos cursos enfatiza as atividades de leitura e imersão em um ambiente solidário composto por interagências e por convidados de outras nações aliadas. É o único colégio focado primeiramente na Estratégia Nacional de Defesa, no emprego integrado de todos os instrumentos do poder nacional – político, econômico, de informações e militar – para atender aos interesses nacionais americanos.

Quatro aspectos do programa do NWC são fundamentais para o cumprimento de sua missão:

O primeiro é a responsabilidade de auxiliar a preparar os futuros líderes, por meio da realização de um curso de nível superior de estudo em “Estratégia Nacional de Segurança” [...] Todos os aspectos do

⁴ Disponível em: < <http://www.ndu.edu/nwc/index.cfm> >. Acesso em: 12 ago. 2013 (Tradução nossa).

programa do NWC estão moldados no objetivo de proporcionar aos altos funcionários do governo uma pós-graduação em avaliação, desenvolvimento, formulação e implementação da Estratégia Nacional de Segurança;

O segundo é a tarefa de “educar” [...] NWC não visa reforçar as capacidades dos seus alunos para executar funções e tarefas específicas, mas sim promover a sua amplitude de ponto de vista, perspectivas diversas, análise crítica, raciocínio abstrato, segurança ao lidar com ambiguidade e incerteza, e de pensamento inovador, particularmente no que diz respeito a problemas complexos. As principais disciplinas que compõem o currículo incluem Ciência Política, Relações Internacionais, História, Economia, Ética, Sociologia e Liderança [...];

O terceiro é o encargo de preparar “futuros” líderes para a formulação de políticas de alto nível, as responsabilidades do Comando e de Estado-Maior [...] concentrando-se em desenvolver os hábitos mentais, fundamentos conceituais e faculdades críticas que serão necessários aos líderes estratégicos ou aos estrategistas-chave, planejadores e assistentes executivos no Departamento de Defesa, Estado-Maior Conjunto, Departamento de Estado e outras agências governamentais;

Finalmente, o NWC tem a tarefa de preparar oficiais, não apenas das Forças Armadas, mas também de uma grande variedade de outras agências civis [...] O ambiente da Instituição proporciona a todos os graduandos a possibilidade de transcenderem em suas capacidades de referências operacionais, nos serviços ou intelectuais, e poderem operar em uma real perspectiva “conjunta”.⁵

O programa principal do NWC provê conhecimentos em Política e Estratégia Nacional de Segurança e Operações e Estratégias Militares.

Em sua estrutura curricular, são conduzidas as seguintes disciplinas com seus respectivos objetivos:

- 1 - Introdução à Estratégia: introduz elementos de estratégia, pensamento crítico e análise estratégica para desenvolver e prover habilidades estratégicas fundamentais requeridas para o equilíbrio do currículo [...];
- 2 - Guerra e Governança: analisa os distintos e multifacetados fenômenos da guerra, inclusive suas características, conduta, natureza, alcance, dimensão militar e não militar e as ramificações no uso de violência para alcançar objetivos políticos [...];
- 3 - Diplomacia e Governança: analisa as ferramentas disponíveis do Estado para alcançar seus objetivos de segurança nacional [...];
- 4 - O contexto interno e a tomada de decisão em segurança nacional americana: fornece aos alunos uma compreensão da realidade complexa do contexto doméstico, no qual os estrategistas americanos devem tomar decisões [...];

⁵ Disponível em: < <http://www.ndu.edu/nwc/index.cfm>>. Acesso em: 12 ago. 2013 (Tradução nossa).

- 5 - O contexto global: auxilia os alunos a entender o mundo e os desafios estratégicos emergentes de uma perspectiva que não a central norte-americana [...];
- 6 - Aplicações em Estratégia Nacional de Segurança: integra e sintetiza os temas fundamentais de todo o currículo. O curso examina uma série de desafios para a segurança da pátria e para a Estratégia Nacional de Segurança, confrontados pelos EUA de hoje [...]; e
- 7 - Estudo de campo em Segurança Nacional: combina estudos em sala de aula com viagem internacional para proporcionar aos alunos um exame em primeira mão de um determinado país, região ou questão [...] ⁶ (USA, National Defense University, 2013).

Essa é a estrutura e a missão do NWC. E qual é a missão da ESG? Como se apresenta a estrutura de seus cursos?

A missão da ESG ⁷ é “realizar estudos e pesquisas para compreender a realidade nacional e internacional e preparar civis e militares para formular políticas e estratégias relativas ao desenvolvimento, à segurança e à defesa nacionais”.

Para fins de comparação com os cursos ministrados pelo NWC, será utilizado como referência o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da ESG, curso de maior destaque da instituição.

O objetivo do CAEPE é preparar civis e militares do Brasil e das Nações Amigas para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível na administração pública, em especial na área Defesa Nacional, desenvolvendo planejamentos estratégicos nas expressões do Poder Nacional.

A estrutura curricular do CAEPE ⁸ é disposta em duas grandes fases que refletem a abordagem metodológica do curso (Fase Básica e Fase Conjuntural), divididas temporalmente de acordo com as Fases de Planejamento Governamental da ESG. Os diversos Estudos estão organizados por meio de disciplinas, pelo critério de afinidade e coordenação dos assuntos e áreas de conhecimento. A Fase Básica apresenta fundamentos e conceitos que servirão de base para os estudos e atividades de alta complexidade que se darão a seguir. A Fase Conjuntural aprofunda e integra conhecimentos que possibilitarão a realização de avaliações conjunturais e a construção de cenários, nacionais e internacionais, elaborados nesta fase. Durante esse período, são estabelecidas condições para que o estagiário complemente os conhecimentos iniciais por meio de estudos de problemas conjunturais do Brasil e outros relacionados ao interesse nacional, organizados nas Expressões do Poder Nacional, a saber: Política, Econômica, Psicossocial, Científica e Tecnológica e Militar.

A abordagem metodológica desenvolvida pela ESG propicia aos estagiários a aplicação prática dos conteúdos estudados em diversos níveis de complexidade,

⁶ Disponível em: < <http://www.ndu.edu/nwc/index.cfm>>. Acesso em: 12 ago. 2013. (Tradução nossa).

⁷ Disponível em: www.esg.br. Acesso em: 10 ago. 2013.

⁸ Disponível em: www.esg.br. Acesso em: 10 ago. 2013.

configurando-se como um sistema de estudos, pesquisas e atividades que requerem desempenhos tanto individuais como em grupo. Para tal, são privilegiadas técnicas de ensino que tornem as atividades mais produtivas e dinâmicas, de modo a favorecer a participação, a troca de experiências e o desenvolvimento dos estagiários.

Nota-se que o foco do NWC é a defesa, e o foco do CAEPE é a conjuntura nacional. É muito comum identificar autores que afirmam categoricamente que a ESG não estuda a guerra ou não se preocupa em incluir com maior ênfase em seus currículos os estudos mais aprofundados da guerra. Muito constante, também, é a comparação que se faz entre o enfoque dos cursos da ESG e o enfoque dos cursos das escolas americanas. Mas de onde vem tamanha distinção? Logicamente da postura e, principalmente, da política de cada país, ou ainda, da política de defesa de cada um.

Analisando a Estratégia Nacional de Defesa dos EUA e do Brasil, pode-se verificar que já na introdução dos referidos documentos os objetivos são bem distintos. Observam-se, na Estratégia Nacional de Defesa dos EUA, os seguintes aspectos:

Na defesa dos interesses vitais dos Estados Unidos, o Department of Defense (DoD) deve fundamentar a resposta aos desafios, antecipando-se e preparando-se para aqueles de amanhã. Para a consecução do êxito, é impositiva a aplicação e a integração de todos os campos do poder nacional, bem como trabalhar cerradamente com um amplo espectro de nações parceiras. (PINHEIRO, 2008, p. 63).

Já na Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil, encontra-se:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, entre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro. (BRASIL, 2008, p. 1).

Prosseguindo para o ambiente estratégico da END norte-americana e para a natureza e âmbito da END brasileira, verificam-se aspectos também distintos. Na END americana, encontra-se:

Num futuro em médio prazo, o ambiente estratégico será caracterizado por uma luta global contra uma violenta ideologia extremista que procura destruir o sistema estatal internacional. [...] A prevalência dos EUA na guerra convencional trouxe adversários de diferentes matizes, particularmente, atores não estatais e seus estados patrocinadores, uma forte motivação para adotar métodos assimétricos para confrontar o predomínio norte-americano. Por esta razão, os EUA devem desenvolver uma capacitação militar específica para a guerra irregular comparável àquela existente para a guerra convencional. (PINHEIRO, 2008, p. 63).

Na END brasileira, destacam-se:

1. A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado; e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças. [...]
2. A Estratégia Nacional de Defesa organiza-se em torno de três eixos estruturantes. O primeiro eixo estruturante diz respeito a como as Forças Armadas devem-se organizar e orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra. [...] O segundo eixo estruturante refere-se à reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional. O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. (BRASIL, 2008).

Fica claro, portanto, que, se as políticas de defesa são distintas, também assim serão os objetivos das escolas de defesa dos dois países em questão. Assim, não há como atribuir à ESG uma responsabilidade que não lhe foi conferida, ou seja, os objetivos apresentados pelo CAEPE são perfeitamente compatíveis com a política de defesa do país. Cabe ressaltar que tal constatação não tem o objetivo de validar ou invalidar os propósitos do curso.

Ainda que a ESG não alterasse os currículos de seus cursos, principalmente do CAEPE, mesmo assim, estaria em consonância com os objetivos traçados pela Política Nacional de Defesa, que tem objetivos distintos da política de defesa norte-americana. Por esse motivo, a ESG não pode ser comparada, em seus objetivos pedagógicos, ao NWC.

Assim sendo, o argumento de que o CAEPE é apenas uma versão aperfeiçoada da conhecida disciplina “Estudos dos Problemas Brasileiros”, também não procede, visto que a estrutura curricular do referido curso contempla apenas os assuntos pertinentes à política de defesa brasileira, com a seguinte abordagem: “estudos de problemas conjunturais do Brasil e outros relacionados ao interesse nacional, organizados nas Expressões do Poder Nacional, a saber: Política, Econômica, Psicosocial, Científica e Tecnológica e Militar.” (BRASIL, ESG, 2013).

7 AFINAL, PARA QUE SERVE A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA?

É muito comum deparar-se com alguns questionamentos acerca da necessidade da existência da ESG, uma vez que as três Forças já possuem escolas militares

de altos estudos, responsáveis pela formação e aperfeiçoamento de seu pessoal.

Tal argumento pode parecer coerente; entretanto, a ESG não é uma instituição de ensino das Forças Armadas, mas sim do Ministério da Defesa e sua função transcende a formação militar.

A ESG, como já mencionado e divulgado por meio de sua página na internet, é:

Um Instituto de Altos Estudos de **Política, Estratégia e Defesa** e destina-se a consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção (conhecimentos esses já obtidos nos cursos desenvolvidos pelas instituições de ensino de cada força) e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Nesse contexto, cabe à ESG a consolidação dos conhecimentos já obtidos anteriormente pelos militares (em cada força) e pelos civis (em instituições de ensino superior ou em órgãos da administração pública), cada qual em sua respectiva área de atuação.

Outro aspecto a ser observado é que o objetivo da ESG não é apenas estudar a guerra, mas sim a defesa num contexto mais amplo. O dicionário Aulete Digital⁹ esclarece: “DEFESA. Conjunto de meios, estratégia, preparação etc. empregados para (se) defender ante ataque: consolidar a defesa de um país contra possível agressão.”.

A Política Nacional de Defesa (PND), item 2.4 subitem II, estabelece: “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.” (BRASIL, 2012).

Como se observa, a Defesa é entendida como um poder de se antepor a uma ameaça, em que a DISSUASÃO é uma prática contribuinte para o seu fortalecimento. O conceito de Guerra é mais amplo, pois já subentende o confronto armado, com envolvimento de política (o que fazer) e de estratégia (como fazer).

O item 7.12 da PND¹⁰ estabelece:

À ação diplomática na solução de conflitos soma-se a estratégia militar da dissuasão. Nesse contexto, torna-se importante desenvolver a capacidade de mobilização nacional e a manutenção de Forças Armadas modernas, integradas e balanceadas, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional, em condições de pronto emprego. (BRASIL, 2012)

⁹ Disponível em: www.auletedigital.com.br. Acesso em: 12 ago. 2013.

¹⁰ Conforme a Lei Complementar 136 determina, a PND foi encaminhada ao Congresso Nacional em 2012 para apreciação e, posteriormente, deverá ser publicada em forma de Decreto Presidencial.

O fato de a ESG ser considerada uma Escola de Altos Estudos não quer dizer que ela tenha que se ater somente nos estudos da Guerra. Esses altos estudos devem envolver os campos do Poder Nacional: Político, Econômico, Psicossocial, Técnico-Científico e Militar. Neste último, a Defesa teria enfoque preponderante, mas não a Guerra. A “Bíblia” do estudo de Defesa para o país é a Política Nacional de Defesa, pois esse documento estabelece as diretrizes para que o Brasil preserve sua soberania. As cinco expressões do poder nacional deverão convergir para uma política de defesa a fim de se evitar a guerra.

A PND fala em Defesa enfocando o preparo do País para manter sua soberania. Para esse fim contribuem todos os campos do Poder. Sem um parque industrial moderno, sem uma força militar do levantamento do “estado da arte”, sem capacidade de mobilização de meios materiais e pessoais, não há como um país enfrentar qualquer ameaça. E esse deve ser o enfoque da ESG.

O célebre Ruy Barbosa já mencionava em 1929: “A fragilidade dos meios de resistência de um povo acorda, nos vizinhos mais benévolos, veleidades inopinadas, converte contra ele os desinteressados em ambiciosos, os fracos em fortes, os mansos em agressivos.” (BARBOSA, 1929, 289)

O Brasil, além de se preocupar com os estudos da guerra, deverá se preparar para ela. Apenas para fim de ilustração, um dos aspectos importantíssimos para a defesa de um país é a mobilização. Em 1982, para se contrapor à invasão argentina nas Malvinas, a Grã-Bretanha convocou, adaptou e empregou em prazo curtíssimo 70 navios mercantes para utilizá-los como embarcação de transporte de tropas. Esse é um ótimo exemplo de emprego do Poder Nacional em defesa da soberania de uma Nação. O campo Político convocou; o campo Econômico patrocinou; o campo Científico-Tecnológico adaptou; o campo Psicossocial motivou; o campo Militar executou.

Além de todos esses argumentos, a ESG “funciona como centro de estudos e pesquisas, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa.”¹¹ Dessa forma, não há como confundir a ESG com qualquer outra instituição, como é o caso do Instituto Pandiá Calógeras (IPC), instituição criada para pesquisa e assessoramento ao Ministro da Defesa, que não tem por finalidade promover o ensino. A ESG é, atualmente, a única instituição de ensino do MD.

Em última análise, a ESG tem como missão¹²: “Realizar estudos e pesquisas para compreender a realidade nacional e internacional, e preparar civis e militares para formular políticas e estratégias relativas ao desenvolvimento, à segurança e à defesa nacionais.” Sendo assim, a Escola pode ser considerada um foro democrático e aberto ao livre debate, uma vez que não há respostas prontas e conhecimentos

¹¹ Disponível em: www.esg.br. Acesso em: 10 ago. 2013.

¹² Disponível em: www.esg.br. Acesso em: 10 ago. 2013.

estáticos. E é exatamente essa a sua maior qualidade, especialmente pelo fato de reunir em seus quadros de formação um grande número de civis da alta administração pública do Brasil, com o objetivo de disseminar a mentalidade de defesa, proporcionando maior integração entre civis e militares. E é nesse contexto que surge a necessidade da expansão da ESG para Brasília, centro do poder político do país. É o que será abordado a seguir.

8 REFLEXÕES ACERCA DA EXPANSÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA PARA BRASÍLIA

Inicialmente, é necessário recorrer ao maior de todos os argumentos, ou seja, o da legislação. A expansão da ESG para a capital federal é mera formalização do que já foi estabelecido pela Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada em dezembro de 2008.

Entre as ações estratégicas previstas na parte II da END, estão relacionadas aquelas referentes ao Ensino com o objetivo de “promover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa” (BRASIL, 2008).

De acordo com o referido documento, a expansão da ESG para Brasília objetiva “intensificar o intercâmbio fluido entre os membros do Governo Federal e aquela Instituição, assim como para otimizar a formação de recursos humanos ligados aos assuntos de defesa” (BRASIL, 2008).

Assim sendo, não há como questionar a expansão da ESG para Brasília, pois não se trata de vontade pessoal e sim de vontade política; é o resultado do cumprimento da legislação.

Cabe salientar que praticamente todas as escolas similares do mundo estão localizadas na capital. E, ainda, que há em Brasília uma vantagem em relação ao Rio de Janeiro: a facilidade de acesso aos cursos de mais alto nível por parte dos altos funcionários das agências governamentais, favorecendo a colaboração da ESG com a administração pública em seu poder decisório.

Nesse contexto, o Campus Brasília já é uma realidade e tem direcionado seus objetivos pedagógicos para promover a integração dos setores civis nas discussões acerca dos temas relacionados à defesa, oferecendo o Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), que tem a finalidade de proporcionar aos recursos humanos civis da administração pública e militares das Forças Armadas ferramentas para a macroanálise dos cenários nacional e internacional, possibilitando a avaliação de políticas e estratégias, principalmente, na área da Defesa Nacional.

Mais uma vez, é preciso admitir que a ESG tem cumprido com os propósitos a ela atribuídos. Ressalta-se, ainda, que não se trata de tecer críticas à metodologia desenvolvida pela Escola para o alcance desses propósitos, pois, conforme já

mencionado na introdução, o presente artigo não tem a finalidade de abordar esse assunto, cabendo apenas a apresentação de argumentos que possam contribuir para a reflexão sobre seu trabalho, sua missão e sua importância.

Dessa forma, serão descritos a seguir os objetivos mais específicos do CSUPE, sua importância e contribuição para a sociedade brasileira.

9 O CAMPUS BRASÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DISSEMINAÇÃO DA MENTALIDADE DE DEFESA NO País

O tema Defesa no Brasil ainda é pouco difundido, estudado e discutido. Tal situação é reflexo da conjuntura atual do país. E não há como tratar de defesa sem abordar o tema PESQUISA E DESENVOLVIMENTO. Uma Nação que não investe em pesquisa não consegue alcançar o desenvolvimento, ou pelo menos terá muito mais dificuldades nesse aspecto. De acordo com informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil investe apenas 1,5% do PIB em defesa.

Conforme aponta ALMEIDA (2013, p. 34), pesquisador do IPEA, o Brasil ainda tem muito que caminhar, principalmente quanto à realização de investimentos na área de pesquisa e, conseqüentemente, em relação à defesa. Segundo o autor, o tipo de incentivo à inovação utilizada nos Estados Unidos, por exemplo, por meio da agência de inovação Darpa, é muito distante do que é utilizado aqui no Brasil. A Darpa é uma agência de inovação ligada ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos e “é considerada modelo de gestão e um importante *player* no desenvolvimento de novas tecnologias desde *internet*, GPS, aviões hipersônicos até próteses inteligentes que recebem comandos do cérebro.” (IPEA, 2013, p. 34).

Quanto ao Brasil, o IPEA destaca que não há nada parecido em termos de pesquisas tecnológicas, uma vez que não existe no setor público brasileiro um grupo de pesquisadores que possa definir em quais tecnologias o país vai investir. Não existe, ainda, um fluxo constante de pesquisadores de empresas privadas, academias e outros centros de pesquisa que migrem para uma determinada agência pública de fomento à inovação ou vice-versa. Ou seja, não é possível afirmar que o sistema de promoção de CT&I no Brasil esteja inserido num sistema nacional de inovação, como no caso da Defense Advanced Research Projects Agencies (DARPA).

Pensar em defesa sem investimento não é possível, pois o Brasil deve estar preparado para defender sua soberania e, para atender a esse propósito, precisa ter Forças Armadas compatíveis com a grandeza de seu território, de seu mar territorial e de seu espaço aéreo. Essas forças precisam estar, pelo menos, no mesmo nível operacional das existentes nos países vizinhos. É necessário preparar-se. Sob esse aspecto, há 2.000 anos, o grande estrategista chinês Sun Tzu (2007) já alertava: “A arte da guerra nos ensina a não confiar na probabilidade de o inimigo não vir, mas sim na nossa própria prontidão para enfrentá-lo; a não confiar na eventualidade de ele não atacar, mas, antes, no fato de que tornamos nossa posição inexpugnável.”.

A realidade brasileira, como se sabe, está bem longe disso. E, como já mencionado, não há defesa sem desenvolvimento, sem ciência e tecnologia.

Retomando o caso norte-americano, verifica-se a grande diferença entre a utilização dos recursos para o fim da defesa no país, conforme se observa a seguir:

Por fim, um dos pontos mais importantes no financiamento à CT&I por meio de recursos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos é o mecanismo de governança de todo o processo de pesquisa. No caso da Darpa, o diretor da agência tem liberdade de definir novos projetos de pesquisa, mas a continuidade dos recursos para estes novos projetos vai depender do interesse das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e/ou de uma revisão periódica do comitê de defesa do Congresso Americano. Esse tipo de cobrança efetuada por uma comissão do Senado Federal, por exemplo, faz com que os gerentes de projeto da Darpa justifiquem junto ao comitê do Congresso Americano por que apostar em algumas tecnologias e não em outras. Esta cobrança aumenta o controle indireto da sociedade no uso de recursos escassos e, no caso de inovação radical, parece ser muito mais eficiente que as regras adotadas no Brasil: exigências da lei de licitação, prestação de contas das auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) etc. (IPEA, 2013, p. 34).

Infelizmente, como demonstra o IPEA, no caso do Brasil, não existe experiência alguma com relação à gestão ou cooperação entre os setores público e privado com o objetivo de desenvolver novas tecnologias para uso militar ou comercial. Um exemplo destacado pelos pesquisadores daquela Instituição para ilustrar a precariedade brasileira quanto ao fomento à inovação é a explosão que destruiu o foguete brasileiro VLS-1 V03 (foguete que iria pôr em órbita o satélite meteorológico Satec) e matou 21 técnicos civis no Centro de Lançamento de Alcântara, em 22 de agosto de 2003.

De acordo com informações da comissão que investigou as causas do acidente, em 2007, parte da culpa pelo ocorrido estaria ligada ao baixo investimento em segurança, motivo destacado na declaração do ex-Ministro do MCTI, Roberto Amaral, quando diretor da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Finalmente, o IPEA alerta para a seguinte questão:

Se o programa de lançador de satélites da base de Alcântara tiver sucesso, o Brasil poderá lançar com mais de dez anos de atraso seu primeiro satélite em 2014. A importância do programa é muito mais estratégica, ter o domínio da tecnologia de lançamento de foguetes que nenhum país da América Latina tem, apesar de ter sido constituída uma empresa binacional (Alcântara Cyclone Space) que venderá os serviços de lançamento de satélites para terceiros. (IPEA, 2013, p. 35).

Como se pode perceber, um país não deve negligenciar sua ciência e sua tecnologia sob pena de negligenciar sua própria defesa. Um país que abre mão de

suas Forças Armadas abre mão de seu poder. O custo é realmente alto, entretanto, o risco da falta de prontidão é bem maior. Já dizia Ruy Barbosa: “esquadras não se improvisam...” (CUNHA; AMARANTE, 2011, p.17).

O fundamental, portanto, é proporcionar aos civis que integram os altos cargos da administração pública e, principalmente, das indústrias de defesa uma integração/reflexão cada vez maior com as necessidades de defesa. É nesse contexto que o Campus Brasília da ESG cresce de importância.

Nesse sentido, verifica-se na END que: “o Ministério da Defesa e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República estimularão a realização de Encontros, Simpósios e Seminários destinados à discussão de assuntos estratégicos, aí incluída a temática da Defesa Nacional.” (BRASIL, 2008).

E ainda: “O Ministério da Defesa intensificará a divulgação das atividades de defesa, de modo a aumentar sua visibilidade junto à sociedade [...]”.

Para o cumprimento desses objetivos, o Campus Brasília da ESG ministra o CSUPE, conforme mencionado anteriormente, que contempla em sua estrutura curricular temas tais como: Poder Nacional, Planejamento e Estudos Estratégicos, Recursos de Defesa, Meio Ambiente, Áreas Estratégicas, Ciência e Tecnologia na área de Defesa, Defesa Cibernética, entre outros, de forma a proporcionar uma visão ampla e atual da conjuntura nacional e internacional, estimulando a capacidade de reflexão e crítica dos participantes.

Além disso, o Campus Brasília tem promovido Encontros Temáticos e Colóquios sobre diversos temas de interesse nacional com o objetivo de aproximar o pensamento acadêmico das necessidades reais relacionadas à Defesa, levantando conhecimentos atualizados trazidos por professores de instituições como a Universidade de Brasília, UNICEUB, entre outras. Eis alguns temas abordados em tais eventos: A Estratégia Nacional de Defesa e a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS); A Emergência da China no cenário internacional: perspectivas, desafios e oportunidades para o Brasil; Novas Ameaças e Concepção de Política de Defesa (História).

Nesse sentido, a ESG tem promovido reflexões junto à sociedade civil e ao meio acadêmico; cumpre assim seus objetivos e conseqüentemente atinge sua missão, contribuindo ainda para a conquista de sua visão de futuro. Cabe ressaltar que a visão de futuro¹³ da Escola é: “Ser reconhecida como centro de excelência nacional e de referência internacional nos estudos de desenvolvimento, segurança e defesa.”. Para esse fim, a ESG ainda deve prosseguir caminhando.

Quanto à promoção do desenvolvimento do país, cabe salientar que qualquer investimento a ser feito deverá passar, prioritariamente, pela educação, uma vez que sem educação e ensino de qualidade não se pode formar pesquisadores e cientistas de alto nível. Como mencionado anteriormente, Jean Piaget salienta

13 Disponível em: <www.esg.br>. Acesso em: 12 ago. 2013.

que a “principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores.”¹⁴. Dessa forma, cabe à ESG investir na interação civil-militar e na reflexão sobre a conjuntura nacional em busca de melhorias que promovam o desenvolvimento do país nas diversas áreas do poder nacional.

Somente para uma breve ilustração e conseqüente reflexão sobre a relevância da educação, pode-se apontar, como exemplo de mão de obra altamente qualificada, o caso da Mercedes AMG¹⁵, empresa especializada em carros de luxo de alto desempenho e subsidiária da fábrica de carros “Mercedes Benz”. O *slogan*, ou seja, a filosofia da Mercedes AMG é “um homem, um motor” e esta crença é observada em todo o processo de *design* e de montagem do veículo. Cada motor é feito a mão por uma simples pessoa em Bremen, Alemanha, e inclui uma placa assinada individualmente. A placa também mostra palavras em alemão: “*Leidenschaft, Leistung und Verantwortung*”, cujas traduções significam “Paixão, Força e Responsabilidade”. O que mais impressiona é que o nível de exigência e qualidade é tão alto que o homem que assina a referida placa não é apenas mecânico e sim um engenheiro-mecânico.

Enfim, nada se faz sem as bases de uma educação de qualidade e, sendo assim, a proposta da Escola Superior de Guerra é a busca da excelência e do cumprimento de seu papel político, social, cultural e educacional. Mais relevante do que conhecer defesa é refletir sobre a importância da defesa.

10 CONCLUSÕES

Conforme mencionado na introdução, o objetivo deste artigo é simplesmente revelar a todos aqueles que apreciam a “marca” ESG os verdadeiros propósitos dessa Instituição. Longe de constituir-se em crítica à sua metodologia, pretendeu esclarecer possíveis dúvidas quanto à existência da Escola Superior de Guerra, qual a sua verdadeira utilidade para o Brasil e os motivos que trouxeram a Escola para a Capital Federal.

Pois bem, após todos os argumentos aqui apresentados, pode-se concluir que o objetivo da Escola não é, inicialmente, o de funcionar como uma Instituição de Ensino Superior, oferecendo cursos de especialização, mestrado ou doutorado. É certo que, futuramente, a ESG deverá até mesmo se preparar para tal situação, uma vez que terá todos os meios necessários para enquadrar-se aos moldes e exigências estabelecidos pelo Ministério da Educação, em sua nova sede em Brasília, que tem

14 Disponível em: www.al.se.gov.br/escola/acoes1.as. Acesso em: 13 ago. 2013.

15 Disponível em: http://www.mercedes-amg.com/about_distinction2.php?lang=eng. Acesso em: 13 ago. 2013.

previsão para ser entregue em 2016. Entretanto, no momento, não há necessidade de se buscar um reconhecimento que poderá, inclusive, distorcer os objetivos reais estabelecidos pela missão da Escola.

Mais relevante do que conceder título de mestre ou doutor em defesa é garantir que civis e militares tenham a oportunidade de realizar um curso na ESG e, conseqüentemente, haja maior oportunidade de disseminar a importância dos assuntos de defesa para toda a Nação e que os debates promovidos pela Escola possam verdadeiramente fomentar em cada órgão público ou privado a vontade de construir um futuro melhor para todos os brasileiros, com investimentos reais e adequados ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Percebe-se, enfim, que a expansão da ESG para Brasília é consequência do passo inicial dado pelo Governo brasileiro com o objetivo de incrementar o desenvolvimento do Brasil e proporcionar maior envolvimento da sociedade civil com o tema defesa. E esse é, também, o maior propósito da ESG.

Cabe salientar que a maior de todas as contribuições que a ESG pode oferecer ao País é cumprir com o seu papel de Instituição de Ensino e o “ensino” não deve ser negligenciado. Conforme bem argumentou Piaget, “a segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe¹⁶”. E, nesse aspecto, o Campus Brasília se propõe a oferecer um ensino pautado em debates que gerem a reflexão e conseqüente transformação do pensar e do agir.

Ainda que se questione a Escola em seus métodos ou objetivos, há décadas a ESG vem promovendo a reflexão acerca dos problemas estruturais do país. Não é por acaso que o lema da Instituição é: “Nesta casa estuda-se o destino do Brasil”. E assim, ela já faz parte desse destino e deverá buscar meios de contribuir para um futuro mais promissor.

Finalmente, fica claro que não basta questionar a relevância da ESG e sim “reconstruir” o pensamento acadêmico dessa Instituição, ainda que seja por meio da “destrução”, buscando assim novos caminhos a fim de garantir que a excelência seja alcançada com bases bem estruturadas num projeto pedagógico moderno e pró-ativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mansueto. A Política de Inovação e a Política de Defesa: O Caso da Agência de Inovação Darpa nos Estados Unidos. *RADAR – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, IPEA, Brasília, n. 24, p. 27- 35, fev. 2013.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

16 Disponível em: <www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao_artistica/0037.html>.

AULETE DIGITAL (Brasil). Disponível em: www.auletedigital.com.br. Acesso em: 12 ago. 2013.

BARBOSA, Ruy. *Cartas de Inglaterra*. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 1929. p. 284.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Rio de Janeiro: ESG, 2013. Disponível em: < www.esg.br>. Acesso em: 12 ago. 2013.

BRASIL. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Presidência da República*. Rio de Janeiro, RJ, 20 ago. 1949. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm> Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre o ensino na Marinha. *Presidência da República*. Brasília, DF, 10 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11279.htm>. Disponível em: 15 ago. de 2013.

_____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

_____. *Instituto Pandiá Calógeras: Ensino e Pesquisa*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/ensino-e-pesquisa/65-estudos-estrategicos/8468-instituto-pandia-calogeras-ipc>>. Acesso em 10 jun. 2013.

_____. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. *Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001*. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília, 2001. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (Brasil). *Centro de Memória: Almirante Álvaro Alberto*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/alvaro-alberto.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. *A criação*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007*. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CUNHA, Marcílio Boavista da; AMARANTE, José Carlos Albano. O Livro Branco e a Base de Defesa. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 17 n. 1 p. 1-172, jan./jun. 2011.

ESCOLA DO LEGISLATIVO DEPUTADO JOÃO DE SEIXAS DÓRIA (Brasil). *Ações*. Sergipe, 2013. Disponível em: <www.al.se.gov.br/escola/acoes1.as>. Acesso em: 13 ago. 2013.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. (Brasil). *Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia*: Resumo histórico. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://novaintranet.esg.br/wp-content/uploads/2010/11/historico_CAPE.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

FRAGOSO, Augusto. A ESG – origem, evolução e posição atual. Rio de Janeiro, *Separata do Informativo da Fundação Getúlio Vargas*, Ano III, n. 3, p. 61- 75, março, 1971.

FUNDAÇÃO CECIERJ (Brasil). *Educação pública*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao_artistica/0037.htm>. Acesso em: 13 ago. 2013.

GOERGEN, Pedro. Universidade e responsabilidade social. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Temas de Pesquisa em Educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003, HISTEDBR; Caçador, SC: UNC, 2003 (Coleção Educação Contemporânea).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY (USA). Educating, Developing and Inspiring National Security Leaders. *National War College*. Washington. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/Academics/CollegesCenters/NationalWarCollege.aspx>>. Acesso em 10 jun. 2013.

_____. *National War College*. Washington, DC, 2013. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/nwc/index.cfm>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. *A Estratégia de Defesa Nacional 2008 dos EUA*. PADECEME, Rio de Janeiro, n. 19, p. 61-75, 3º quadrimestre 2008.

PROENÇA JÚNIOR, Domínio. *Escola Superior de Guerra: Projeto Pedagógico para a Escola de Altos Estudos de Defesa do Brasil*. Rio de Janeiro, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 29. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

SOUSA JÚNIOR, Afonso Farias de. *Integração e Educação – Estratégia e Alinhamento Pós-Modernos para Defesa Nacional*. *Air & Space Power*, Alabama, EUA, p. 70-77, 4º trimestre 2009.

TEIXEIRA, A. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TZU, Sun. *A arte da guerra* Sueli Barros Cassal. 3. ed. São Paulo, Madras, 2007.